

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

ALICE DE OLIVEIRA MOREIRA SILVA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO  
ESPECTRO AUTISTA (TEA)

MARINGÁ

2022

ALICE DE OLIVEIRA MOREIRA SILVA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO  
ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Trabalho apresentado como requisito  
parcial para aprovação na disciplina  
“Trabalho de Conclusão de Curso”, do  
curso de Pedagogia, da Universidade  
Estadual de Maringá

Orientação: Profa. Dra. Solange Franci  
Raimundo Yaegashi

MARINGÁ

2022

## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Alice de Oliveira Moreira Silva<sup>1</sup>  
Solange Franci Raimundo Yaegashi<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo analisar as dificuldades encontradas nos processos de alfabetização e letramento de crianças com TEA, considerando as características inerentes a esse transtorno. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, por meio de livros, artigos, dissertações e teses que abordam essa temática, bem como levando em consideração as leis que abordam a inclusão de pessoas com necessidades especiais. Verificou-se que as dificuldades dos alunos com TEA durante o período de alfabetização advêm do atraso da linguagem, dificuldade de interação com o outro e, em alguns casos, da falta de preparo e formação do professor. Chegou-se à conclusão que as dificuldades vinculadas às características do TEA podem contribuir para um atraso nos processos de alfabetização e letramento, mas ainda assim é possível que essas crianças aprendam a ler e a escrever à medida em que o professor reconhece a individualidade de cada uma e busque meios para que ocorra seu pleno desenvolvimento.

**Palavras chave:** Transtorno do Espectro Autista; Alfabetização; Letramento; Inclusão.

### Introdução

Este estudo tem como foco a alfabetização e o letramento das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

De acordo com Klin (2006), Leo Kanner, médico austríaco, colocou o autismo em evidência no ano de 1943, detectando-o pela primeira vez em um estudo com onze crianças que se mostravam incapazes de se relacionarem com os indivíduos ao seu redor. Kanner observou nessas crianças um conjunto de comportamentos que eram:

[...] respostas incomuns ao ambiente, que incluíam maneirismos motores estereotipados, resistência à mudança ou insistência na monotonia, bem como aspectos não-usuais das habilidades de comunicação da criança, tais como a inversão dos pronomes e a

---

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Maringá/PR (UEM). E-mail: [aliceoms@hotmail.com](mailto:aliceoms@hotmail.com)

<sup>2</sup>Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [solangefry@gmail.com](mailto:solangefry@gmail.com)

tendência ao eco na linguagem (ecolalia) (KANNER, 1943, apud KLIN, 2006, p.1).

Esse distúrbio se caracterizava pelas dificuldades de interação social, alterações de linguagem e dificuldades de interpretação. Contudo, ao longo dos tempos houve alterações no conceito de autismo e na forma de classificá-lo.

A classificação mais atual do TEA é apresentada no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5 (APA, 2014), a qual enquadra esse transtorno dentro dos transtornos do neurodesenvolvimento.

O TEA caracteriza-se por um comprometimento significativo na interação social, associado a déficit na comunicação verbal e não verbal, bem como manifestações clínicas relacionadas a padrões restritos e repetitivos de comportamentos estereotipados, inflexíveis, direcionados a interesses, atividades e ações específicas e rotineiras (APA, 2014). Os efeitos do TEA não se limitam apenas à esfera pessoal do sujeito diagnosticado, mas também se estendem ao âmbito social, e conseqüentemente, ao ambiente escolar.

Segundo a Organização das Nações Unida (ONU), existem mais de 70 milhões de pessoas com TEA no mundo todo e no Brasil aproximadamente 2 milhões de pessoas.

O diagnóstico da criança com TEA, segundo com a Associação Brasileira de Autismo Comportamento e Intervenção, pode ser feito a partir do trigésimo mês de vida da criança, o que facilita a busca de ajuda por parte dos pais e responsáveis em vista do seu melhor desenvolvimento. Outro dado citado é que a cada 59 crianças uma possui o TEA.

De acordo com Silva et al. (2018, p. 334), as crianças com TEA enfrentam dificuldades importantes no que tange à realização de tarefas comuns, próprias da sua fase de desenvolvimento. Isso ocorre,

[...] porque as características clínicas da síndrome afetam as condições físicas e mentais do indivíduo, aumentando a demanda por cuidados e, conseqüentemente, o nível de dependência de pais e/ou cuidadores. A família dessas crianças, por sua vez, vê-se diante do desafio de ajustar seus planos e expectativas futuras às limitações da condição, além da necessidade intransponível de adaptar-se à intensa dedicação e à prestação de cuidados das necessidades específicas do filho.

Após o nascimento de uma criança com TEA, ocorrem mudanças em toda a dinâmica familiar. Além disso, em decorrência do atraso na linguagem algumas crianças necessitam de atendimentos específicos com fonoaudiólogos, psicólogos e psicopedagogos, uma vez que a falta de apoio específico pode comprometer o processo aprendizagem de inclusão escolar dessas crianças.

Considerando o número crescente de laudos de crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA) essa pesquisa tem como objetivo geral analisar as dificuldades encontradas nos processos de alfabetização e letramento de crianças com TEA, considerando as características inerentes a esse transtorno (especialmente o atraso na linguagem e as dificuldades de interação social).

Como a fala antecede a escrita, os processos de alfabetização e letramento dessas crianças podem ficar comprometidos. Ademais, o trabalho de escolarização das crianças com TEA exige dos professores uma reflexão acerca dos processos usuais de ensino e aprendizagem, bem como um olhar diferenciado. Um olhar que leve em conta que o estudante com TEA aprende, mas aprende de maneira específica e pouco convencional. Isso exige, por parte do professor muito estudo, paciência e perseverança. Além disso, é necessário que haja mais investimento na formação inicial e continuada dos professores.

Nesse sentido, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo [Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019](#) (BRASIL, 2019), faz menção à importância da valorização dos professores, o que implica investimentos destinados à formação dos profissionais da educação. Assim, o Art. 5º desse documento, traz as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Alfabetização:

- I - priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental;
- II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil;
- III - integração de práticas motoras, musicalização, expressão dramática e outras formas artísticas ao desenvolvimento de habilidades fundamentais para a alfabetização;
- IV - participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre famílias e comunidade escolar;
- V - estímulo aos hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais, com vistas à formação de uma educação literária;
- VI - respeito e suporte às particularidades da alfabetização nas diferentes modalidades especializadas de educação;

VII - incentivo à identificação precoce de dificuldades de aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática, inclusive dos transtornos específicos de aprendizagem; e  
VIII - valorização do professor da educação infantil e do professor alfabetizador.

Portanto, levando em conta o que preconiza a PNA, nosso estudo se justifica pelo fato de buscar compreender como ocorre o processo de alfabetização de crianças com TEA, uma vez que elas possuem peculiaridades. Portanto, se queremos uma escola inclusiva, é necessário conhecer as características e necessidades das crianças que fazem parte do público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2015).

O presente estudo se justifica, ainda, pela necessidade de aprofundamento teórico sobre os processos de alfabetização e letramento das crianças com TEA, uma vez que esse assunto é pouco debatido durante a formação no curso de Pedagogia. Por esse motivo, acredita-se que o aprofundamento nesse tema é de relevância não somente científica como também social, pois a maioria das escolas ainda não apresenta profissionais com habilitação apropriada para prover os desafios necessários à educação desses alunos.

Para discutirmos os processos de alfabetização e letramento utilizamos autores consagrados na literatura, como Magda Soares. De acordo com essa autora, a alfabetização envolve o ensino da língua escrita e da leitura:

[...] a entrada da criança no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização - e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento (SOARES, 2003, p. 14).

Soares (2003; 2004) explica que o processo de alfabetização está além de ensinar habilidades de codificação e decodificação do sistema alfabético, abrange o domínio dos conhecimentos que permitem o uso dessas habilidades nas práticas sociais.

Na obra “Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever”, Soares (2020) reitera a necessidade de democratizar o acesso e a qualidade do ensino, visando garantir, a todas as crianças, a apropriação da leitura e da escrita.

Assim, se considerarmos que a aprendizagem da linguagem oral e escrita é de fundamental importância para as crianças ampliarem suas possibilidades de imersão e participação nas práticas sociais, torna-se necessário entender como realizar intervenções pedagógicas para que os alunos com TEA sejam alfabetizados e letrados, uma vez que aprender a ler e a escrever é um direito de todas as crianças.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, instituída pela Lei nº 12.764/2012 de 27 de dezembro de 2012, aborda, no Art 3º, os direitos da pessoa com TEA, a saber:

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
  - a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
  - b) o atendimento multiprofissional;
  - c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
  - d) os medicamentos;
  - e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV - o acesso:
  - a) à educação e ao ensino profissionalizante;
  - b) à moradia, inclusive à residência protegida;
  - c) ao mercado de trabalho;
  - d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 2012, s/p).

Para garantir o cumprimento desses direitos é necessário que os professores sejam capacitados para atender as demandas de seus alunos no que refere aos processos de alfabetização e letramento, tendo em vista que eles são os responsáveis pela transmissão de conhecimentos acadêmicos, acompanhamento e inclusão de seus alunos.

Todavia, apesar da relevância desse tema, observa-se um número escasso de publicações científicas sobre os processos de alfabetização e letramento dessas crianças com TEA.

Frente a esse contexto, a questão que se busca responder com esse estudo é: Quais as dificuldades comuns enfrentadas por crianças com TEA durante os processos de processo de alfabetização e letramento?

Tem-se como hipótese que crianças com TEA tenham mais dificuldades nos processos de alfabetização e letramento em virtude da falta de interação social e do atraso na fala. Além disso, elas possuem dificuldades no processamento das

informações, bem como dificuldade em prestar atenção e manter o foco por muito tempo.

Posto isso, o encaminhamento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica. Conforme Gil (2017), esse tipo de pesquisa caracteriza-se pelo fato de utilizar amplo material já elaborado, constituído principalmente de livros, teses, dissertações e artigos científicos. Além disso, utilizamos a pesquisa documental, uma vez que recorremos aos documentos que fazem menção à inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, dentre elas as pessoas com TEA.

Para atender ao objetivo proposto, o artigo foi subdividido em três partes. Na primeira discutimos o direito à educação inclusiva, dando enfoque aos direitos dos alunos com TEA. Na segunda, abordamos os processos de alfabetização e letramento. Na terceira, por sua vez, discorreremos sobre as dificuldades que as crianças com TEA enfrentam nos processos de alfabetização e letramento.

## **1. O direito à educação inclusiva e os direitos das pessoas com TEA**

Em 1989, surge, no Brasil, a primeira lei que garante os direitos e a inclusão dos alunos com necessidades especiais, Lei n<sup>o</sup> 7853/1989, a qual preconiza que esses alunos têm os seguintes direitos:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino (BRASIL, 1989, *online*).

Além dessa lei, de acordo com Soares, Romeiro e Mathias (2017), existem ainda vários documentos e leis que garantem o direito à inclusão, como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2000), a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, todos esses em destaque asseguram o direito à educação de qualidade e gratuita às crianças com necessidades educacionais especiais, sabendo que " [...] pessoa com deficiência é aquela que de alguma forma necessita de adaptação das atividades rotineiras para que dessa forma participe de modo concreto do lugar onde está inserido" (SOARES; ROMEIRO; MATHIAS, 2017, p. 5).

Entretanto, os direitos das pessoas com TEA foram colocados em pauta somente com a promulgação da Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012).

Conforme o art. 3º da Lei nº 12.764/2012, as pessoas com TEA tem direito a:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 2012, on-line).

Todavia, os direitos estabelecidos não garantem que os alunos com TEA, tenham uma educação de qualidade e efetiva, contudo, o que deve ser compreendido a respeito do problema da diversidade é que as diferenças não podem ser consideradas um motivo para que as minorias não tenham os mesmos direitos dos demais (CANDAU, 2000; TERRA; GOMES, 2013).

O TEA caracteriza-se por um comprometimento significativo na interação social, associado a um déficit na comunicação verbal e não verbal, bem como a manifestações clínicas relacionadas a padrões restritos e repetitivos de comportamentos estereotipados, inflexíveis, direcionados a interesses, atividades e

ações específicas e rotineiras (APA, 2014). Os efeitos não se limitam apenas à esfera pessoal do sujeito diagnosticado, mas também se estendem ao âmbito social, e consequentemente, ao ambiente escolar.

O DSM-5 (APA, 2014) classifica o TEA em três níveis, sendo eles: leve, moderado e severo. O autista de nível leve, em geral, possui autonomia no seu dia a dia, consegue fazer atividades rotineiras, e pode possuir habilidades variadas além disso pode ter um QI acima da média. Com isso pode ser que em alguns casos o TEA seja só diagnosticado na fase adulta. O indivíduo com TEA de nível moderado, pode ter características mais pontuais do que o nível anterior, fazendo com que os seja necessário maior acompanhamento e apoio. Nota-se a presença de comportamentos mais estereotipados, com mais restrições, entre outros. Já a pessoa com TEA de nível severo, possui maiores dificuldades, sendo assim tem suas ações mais comprometidas, podendo até não falar, além disso tem comportamentos repetitivos, e muitas das vezes se isola.

Nos casos mais severos, na maioria das vezes, a pessoa com TEA não se expressa por meio da fala, não expressa sentimentos por outras pessoas e não espera que as pessoas demonstrem seus sentimentos por ela. Ademais, Soares, Romeiro e Mathias (2017) citam que em alguns casos as crianças com TEA podem possuir seu QI mais alto em relação às outras, entretanto, isso só pode ser constatado por meio de testes que são realizados por profissionais especializados.

Considerando as características que englobam esse o TEA, fica evidente as possíveis dificuldades que poderão ser encontradas no que tange o momento da integração desses alunos dentro das salas de aula, e no desenvolvimento da aprendizagem, substancialmente na fase da alfabetização. Essas dificuldades serão descritas na próxima seção.

## **2 Alfabetização e letramento**

Ao se tratar da alfabetização e do letramento, não podemos deixar de trazer como se deu o início da escrita, até chegar ao que temos hoje. Nesse sentido, recorreremos à Magda Soares, que na obra “Alfaetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever”, publicada em 2020, relata um pouco disso, ao dizer que:

[...] foi o surgimento das cidades e as relações complexas entre seus habitantes que tornou necessária a invenção de uma técnica - a escrita - que materializasse, tornasse, visível e permanente o que não podia

mais ficar, ou não devia ficar, ou não se desejava que ficasse guardado apenas na memória [...] (SOARES, 2020 p. 24).

Sobre alfabetização, Soares (2020) a define como a capacidade de apropriação da escrita e leitura, isso ocorre quando existe o domínio de ambas as habilidades. Dessa forma, podemos dizer que a alfabetização é o início das práticas a serem desenvolvidas, tendo seu início com o aprendizado da leitura e escrita, “processo de apropriação da ‘tecnologia da escrita’, isto é, do conjunto de técnicas- procedimentos, habilidades- necessárias para a prática da leitura e escrita [...] (SOARES, 2020, p.27).

Entretanto, desde os primórdios, a alfabetização esteve em evidência por conta das dificuldades que alguns alunos enfrentam, pois “o processo de alfabetização é individualista, ou seja, cada criança constrói a sua caminhada de acordo com os conteúdos apresentados a ela” (SOARES; ROMEIRO; MATHIAS, 2017, p. 1).

Para além das objeções já trazidas, Soares, Romeiro e Mathias (2017) nos mostram outros pontos responsáveis pelas dificuldades no momento da alfabetização, tais como: cultura do aluno e do professor, método utilizado, material didático adotado, meio em que a criança vive com a família, problemas de dicção, problemas emocionais, problemas de saúde e as questões vinculadas aos próprios transtornos.

Com as dificuldades que foram encontradas desde o início nascem vários métodos com o intuito de solucionar os problemas, mesmo assim, dividem opiniões acerca de qual seria o mais efetivo no momento da alfabetização.

Em nosso país, a história da alfabetização tem sua fase mais visível na história dos métodos de alfabetização, em torno dos quais, especialmente desde o final do século XIX, vêm-se gerando tensas disputas relacionadas com “antigas” e “novas” explicações para um mesmo problema: a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e escrever [...] (MORTATTI, 2006, p.1)

Esses métodos são divididos em quatro momentos diferentes da história, e cada novo método criado surgiu da necessidade de superar o antigo e trazer apontamentos que mostrassem a ineficácia do anterior (MORTATTI, 2006). Entretanto, os métodos não resolveram o problema na alfabetização, uma vez que no Brasil ainda existe um grande número de crianças em fase de alfabetização com defasagem em relação à escrita e à leitura. Uma das respostas para isso se deve à forma do ensino, fazendo com que o aluno apenas memorize os conteúdos, mas não se aproprie dele e muito menos reflita sobre (SILVA; OLIVEIRA, 2018).

A alfabetização colabora para interação do sujeito com os demais integrantes da sociedade de forma ativa, à medida em que a partir disso a criança consegue compreender e participar das mudanças que ocorrem no contexto em que vive. Entretanto, durante esse processo é necessário levar em conta a individualidade de cada criança, sendo assim, podemos dizer que elas não aprendem sujeitas às mesmas condições, mas sim de acordo com suas particularidades, [...] cada criança apresenta características próprias como resposta ao ensino e aprendizagem” (CAPELLINI; SHIBUKAWA; RINALDO, 2016 p. 87).

Em Bochecho (2011), Xavier (2015) e Soares (1998), encontramos teorias parecidas no que diz respeito à alfabetização, para eles o processo de alfabetização traz ao indivíduo a possibilidade da leitura e da escrita.

Ao se referir ao letramento, por sua vez, Soares (1999, p.3) afirma que esse termo:

[...] surgiu porque apareceu um fato novo para o qual precisávamos de um nome, um fenômeno que não existia antes, ou se existia, não nos dávamos conta dele, e como não nos dávamos conta dele, não tínhamos um nome para ele.

Os processos de letramento e de alfabetização se diferem em suas vertentes, mas se completam em seus objetivos. Assim, para que a alfabetização seja efetiva é necessário que ambos os processos - alfabetização e letramento - ocorram de forma simultânea. Entende-se que a alfabetização pode muitas vezes acontecer de forma mecânica, enquanto o letramento é a capacidade de se apropriar da escrita. Com isso, Soares (1999, p.3.) garante que existe “uma diferença entre saber ler e escrever, ser alfabetizado, e viver na condição de quem sabe ler e escrever, ser letrado.”

O letramento gera a capacidade do uso da escrita, para a inserção na sociedade. Nessa perspectiva, Soares (2020, p. 27) define o conceito de letramento como “[...] a capacidade de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita [...]”. Em outras palavras, a autora considera o letramento como o conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades envolvidos no uso da língua em práticas sociais e necessários para uma participação ativa e competente na cultura escrita.

### **3 A criança com TEA e as dificuldades nos processos de alfabetização e letramento**

De acordo com DSM-5 (APA, 2014), o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos. Entretanto, apesar dessas dificuldades inerentes ao TEA, existem meios de melhorar a qualidade de vida desses alunos, tanto no que se refere à autonomia nas habilidades de vida diária quanto nos processos de aprendizagem em alfabetização, tão necessários para a inserção social de qualquer pessoa. Sendo assim

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê que o momento da alfabetização deve ter seu início nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental (BNCC, 2017). É importante ressaltar que, assim como a linguagem oral, os processos de alfabetização e letramento são essenciais para a consolidação das relações interpessoais, especialmente para os alunos com TEA (CAPELLINI; SHIBUKAWA; RINALDO, 2016).

O momento da alfabetização por si só traz suas dificuldades como já dito, diante disso ao se tratar da criança com TEA, esse momento se torna mais desafiador ainda. Como afirmam Montalvão e Freitas (2021, p.6), a fase da alfabetização para a criança com TEA é uma época que possui grandes obstáculos [...]"'. Existem casos nos quais as crianças podem até aprender a ler sozinhas, enquanto em outros casos é necessária a mediação pedagógica.

Para Silva, Gaiato e Reveles (2012) antes mesmo da criança ser alfabetizada é necessário que ela seja ensinada a reconhecer as letras, permanecer na sala, todos esses seriam condições para se dar o início da alfabetização.

Além disso, para a alfabetização de crianças com TEA, se faz necessário que elas tenham algumas capacidades motoras e cognitivas, como exemplo, a audição e a visão. Por isso, duas crianças com TEA podem passar pelo momento da alfabetização de forma distinta, a considerar seu nível de desenvolvimento, disposição para aprendizagem e, principalmente, a ação pedagógica do professor. (MAIA; JACOMELLI, 2019 apud MONTALVÃO; FREITAS, 2021).

Sabe-se que existem manifestações comportamentais e neurológicas que no momento da aprendizagem interferem diretamente, por essa razão são necessárias práticas pedagógicas que atendam a essas necessidades especiais. Os alunos com TEA são um grande desafio, o professor pode encontrar casos distintos, diversas

dificuldades dentro do mesmo quadro, uma vez que o TEA, possui níveis distintos. O docente pode se deparar com alunos não verbais, com sensibilidade, ou até mesmo com altas habilidades (MIRANDA, et al. 2019, apud MONTALVÃO; FREITAS, 2021).

Em um estudo realizado por Capellini, Shibukawa e Rinaldo (2016), intitulado "Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com transtorno do espectro autista", através de uma pesquisa qualitativa de intervenção, as autoras acompanharam um aluno com TEA durante um semestre. Realizaram observações sobre como se deu esse momento na sala, com a tentativa de alfabetizar uma criança com TEA no ensino regular. As autoras concluíram que é possível que ocorra a alfabetização de crianças com TEA, à medida em que sejam colocados em situações nas quais possam se desenvolver de forma a considerar suas individualidades. Mesmo assim, foram notórias as dificuldades encontradas pela professora, que reconhecia sua falta de formação para lidar com aquela situação.

As autoras salientam que, ao mesmo tempo que nos deparamos com as necessidades que precisam ser atendidas, nos confrontamos com falta de formação do professor, que muitas vezes só deseja manter aquele aluno ocupado, gerando apenas um entretenimento durante as aulas com atividades que se diferem dos outros, e sem fim pedagógico. Com essas atitudes por parte do docente nota-se a falta de conhecimento adequado, e principalmente a falta de consideração acerca das potencialidades a serem desenvolvidas nos alunos com TEA (CAPELLINI; SHIBUKAWA; RINALDO, 2016).

Nesse sentido, de acordo com Farias, Cunha e Souza (2015, p. 233), "[...] a maioria dos autistas não aprende naturalmente em ambientes normais, no entanto, sob orientações e instruções apropriadas, muitos deles podem aprender uma grande variedade de conteúdos".

Com isso, podemos dizer que não cabe ao professor afirmar que crianças portadoras de TEA não podem ser alfabetizadas e letradas. As dificuldades existem, não há dúvida, mas como o ensino direcionado os alunos com TEA aprendem.

Assim sendo, se faz necessário entender as dificuldades que elas podem apresentar no processo de alfabetização e como lidar com elas no ambiente escolar, saber como agir com estes alunos, saber quando e como intervir, como trabalhar suas potencialidades, saber identificar seus interesses e suas necessidades e baseado nisso, desenvolver práticas pedagógicas eficientes (MONTALVÃO; FREITAS, 2021, p.6).

Para isso o docente pode utilizar de brincadeiras, desenhos, música, pintura, dança, caminhos que colaboram para um melhor aprendizado, visto que:

[...] as atividades didáticas que fazem uso do lúdico ajudam a criança a organizar-se de forma prazerosa, proporcionando-lhe momentos de análise, de lógica, de percepção sensorial, dentre vários outros aspectos. O processo de aprender o mundo se dá pela curiosidade que impulsiona a pessoa para a descoberta e repetidas explorações. A educação pelo lúdico leva a aprendizagem espontânea, a um maior interesse e aumento de autoconfiança (YOGI, 2003, p.5)

Em síntese, os processos de alfabetização e letramento se constituem em um grande desafio para os professores que atuam nos anos iniciais. Quando em sala de aula existem alunos com TEA ou alguma outra dificuldade é preciso que os professores recebam apoio pedagógico tanto da escola quanto de outros profissionais, dependendo do caso. É necessário ainda que a família também esteja envolvida, fazendo o que lhe compete para que o filho com TEA aprenda a ter autonomia e se desenvolva de forma adequada.

### **Considerações finais**

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as dificuldades encontradas nos processos de alfabetização e letramento de crianças com TEA, considerando as características inerentes a esse transtorno.

Por meio das leituras realizadas, verificou-se que os alunos com TEA enfrentam mais dificuldades nos processos de alfabetização e letramento. Ambos os processos devem ocorrer simultaneamente, possibilitando que os alunos com TEA adquiram o domínio da língua, consigam se apropriar do conteúdo aprendido e atuem de forma ativa na sociedade.

As crianças com TEA necessitam de um olhar atento em relação às suas especificidades, o que requer que o docente desenvolva sua prática pedagógica voltada às particularidades de cada aluno. O fato dessas crianças terem comprometimento na área comportamental, social, e linguagem faz com enfrentem mais dificuldades no momento da alfabetização, reconhecendo que por si só esse momento é marcado por muitas objeções. Em outras palavras, elas aprendem, mas necessitam de mais mediações pedagógicas.

Por essa razão, salienta-se a importância de uma formação de qualidade, na qual os futuros professores se apropriem do assunto para que ocorra uma prática efetiva dentro da sala de aula. Podemos notar que muitas vezes a falta de conhecimento e até mesmo de experiência do professor o limita quanto aos trabalhos pedagógicos que precisam ser desenvolvidos com os alunos que possuem TEA.

Embora esse estudo tenha cumprido com o que propôs, reconhecemos que ainda existe um vasto campo para que sejam feitas mais pesquisas acerca do tema escolhido.

## Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. (2014). **DSM-5: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (5ª Ed.)**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BOCHECO, O. **Parâmetros para abordagem de evento no enfoque CTS**. 2011. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95281>. Acesso em: 7 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n º 7853/1989 e 24 de outubro de 1989**. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm). Acesso em: 02 de out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019.** Institui a Política Nacional de alfabetização. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm). Acesso em: 02 out. 2021.

CAPELLINI, V. L. M. F.; SHIBUKAWA, P. H. S.; RINALDO, S. C. O. Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com transtorno do espectro autista. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, SP, v. 13, n. 2, p. 1-8, set./2016. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1309>. Acesso: 03 abr. 2022.

FARIAS, E.; CUNHA, M.; SOUZA, J. W. **ABC Autismo? Uma Aplicação Mobile para Auxiliar no Processo Alfabetizador de Crianças com Autismo.** Anais dos Workshops do IV Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2015), Maceió – AL. p. 232-239. Out/2015. Disponível em: <https://br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/5975>. Acesso em: 29 abr. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Brazilian Journal of Psychiatry**, 28 (Supl 1): S3-11, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/jMZNbCsndB9Sf5ph5KBYGD/?lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2021.

SILVA, A. B. B; GAIATO, M. B; REVELES, L.T. **Mundo Singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, J. R.; OLIVEIRA, N. Crianças autistas no processo de alfabetização: práticas pedagógicas inclusivas. **Contemporânea Revista UniToledo: Arquitetura, Comunicação, Design, Educação e História**, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <http://ojs.toledo.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/2941/363>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5-17, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SOARES, M. O que é letramento e alfabetização. In: SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica; 1998.

SOARES, M. **O que é letramento e alfabetização.** Belo Horizonte: Autêntica; 1998.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, M. **Alfaletrar**: Toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

SOARES, J. S. S.; ROMEIRO, C. A. C.; MATHIAS, S. L. O Processo De Alfabetização No Ensino Regular: Atendimento a criança com autismo. **Revista Magsul de Educação da Fronteira**, Faculdades Magsul, v. 2, n. 1, p.82-132, Mar. 2017. ISSN 2526-4796. Disponível em: <http://bibmagsul.kinghost.net/revista2016/index.php/educfronteira/article/viewFile/283/259>. Acesso em: 07 abr. 2022.

MONTALVÃO, D. C. P.; FREITAS, M. C. M. A. **Desafios na alfabetização de crianças com TEA**. UniEVANGÉLICA. 2021-1.

XAVIER, A. C. S. **Letramento digital e ensino**. Recife: Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologia Educacional, 2015. Disponível em: <http://nehte.com.br/artigos/Letramento-Digital-Xavier.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

YOGI, Chizuco. **Aprendendo e brincando com música e com jogos**. Vol. 2. Belo Horizonte: Fapi, 2003.